

Luta histórica do Sinpro garantiu avanços e conquistas

Março de 1979 educação pública categoria movimento docente professores professoras luta plano de carreira classe trabalhadora história do Brasil sindicato SINPRO-DF organização avançar centralidade da luta pedagoga-orientadora educacional direitos sociais e trabalhistas categoria pedagogo-orientador educacional professora categoria unidade campanha salarial 2016 Plano Distrital de Educação Plano Nacional de Educação SINPRO-DF conquistas educação pública e gratuita SINPRO-DF conquistas pedagógicas condições de trabalho unidade na organização investimento em educação direitos sociais contra a mercantilização evasão escola contra privatização incorporação das gratificações magistério público vanguarda licença-prêmio incorporação das gratificações 37 anos luta aposentadoria especial gestão democrática nas escolas contra a ditadura militar contra o golpe e o choque de gestão educação socialmente referenciada compromisso luta sindical Paulo Freire SINPRO-DF avançar categoria movimento docente professores professoras luta plano de carreira classe trabalhadora história do Brasil licença-prêmio incorporação das gratificações 37 anos luta aposentadoria especial gestão democrática nas escolas contra a ditadura militar contra o golpe e o choque de gestão educação socialmente referenciada gratuita compromisso luta sindical Paulo Freire avanço campanha salarial 2016 Vem, professor! Vem, professoral

Categoria rejeita lógica mercantilista

página 3

Marta Vanelli recebe retrocesso na educação

página 16

37 anos de vanguarda no movimento sindical

página 19

Expediente

Sinpro-DF (Sede): SÍG Quadra 6 - Lote nº 2.260 - Brasília-DF
Tel.: 3343-4200 / Fax: 3343-4207
Subsede em Taguatinga: CNB 4 - Lote 3 - Loja 1.
Telefax: 3562-4856 e 3562-2780
Subsede no Gama: SCC Bloco 3 - Lote 21/39 - Sala 106.
Telefax: 3556-9105
Subsede em Planaltina: Av. Independência - Quadra 5 - Lote 8 - Vila Vicentina.
Telefax: 3388-5144
Site: www.sinprodf.org.br
E-mail: imprensa@sinprodf.org.br
Secretaria de Imprensa: Cleber Ribeiro Soares, Samuel Fernandes e Cláudio Antunes Correia (Coordenador)
Jornalistas: André Barreto, Carla Lisboa, Luis Ricardo Machado e Tomaz de Alvarenga
Revisão: José Antônio de Oliveira

Capa: Lisarb Sena
Projeto Gráfico: Samuel de Paula
Diagramação: Samuel de Paula | Eduardo G. Antero
Impressão: Palavra Comunicação
Tiragem: 38.000 exemplares
Distribuição gratuita. Permitida a reprodução desde que citada a fonte.

Diretoria Colegiada do Sinpro DF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO
Carlos Cirane - Coordenador
Cláudia Bullos
Washington Dourado

SECRETARIA DE ASSUNTOS DOS APOSENTADOS
Sílvia Canabrava - Coordenadora
Francisco Raimundo (Chicão)
Isabel Portuquez de S. Felipe (in memoriam)

SECRETARIA DE ASSUNTOS CULTURAIS
Marco Aurélio G. Rodrigues - Coordenador
Elaine Amâncio Ribeiro
Jairo Mendonça

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS E TRABALHISTAS E SOCIOECONÔMICOS
Dimas Rocha - Coordenador
Ilson Veloso Bernardo
Cássio de Oliveira Campos

SECRETARIA DE ASSUNTOS E POLÍTICAS PARA MULHERES EDUCADORAS
Elicéuda Silva França - Coordenadora
Neliane Maria da Cunha
Wilmara Pereira do Carmo

SECRETARIA DE FINANÇAS
Rosilene Corrêa - Coordenadora
Luiz Alberto Gomes Miguel
Geraldo Benedito Ferreira

SECRETARIA DE FORMAÇÃO SINDICAL
Nilza Cristina G. dos Santos - Coordenadora
Meg Guimarães
Fátima de Almeida Moraes

SECRETARIA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO
Cláudio Antunes Correia - Coordenador
Cleber Ribeiro Soares
Samuel Fernandes

SECRETARIA DE RAÇA E SEXUALIDADE
Wiviane Farkas - Coordenadora
Juicmeire Barbosa (Meire)
Dêlzair Amancio da Silva

SECRETARIA DE SAÚDE DO TRABALHADOR
Maria José Correia Muniz (Zeze) - Coordenadora
Manoel Alves da Silva Filho
Gilza Lúcia Camilo Ricardo

SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO E INFORMÁTICA
Julio Barros - Coordenador
Luciana Custódio
Francisco Assis

SECRETARIA DE POLÍTICA EDUCACIONAL
Berenice D'arc Jacinto - Coordenadora
Fernando Reis
Regina Célia T. Pinheiro

SECRETARIA DE POLÍTICAS SOCIAIS
Gabriel Magno - Coordenador
Iolanda Rodrigues Rocha
Polyelton de Oliveira Lima

CONSELHO FISCAL
Gardênia Lopes dos Santos
Maria Cristina Sant'ana Cardoso
Jailson Pereira Sousa
Marcos Alves Pires
Regina Márcia de Assis Santos



Organizar a luta e avançar

Um levantamento do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), divulgado no dia 12 de março, dá conta de que 55 direitos trabalhistas e sociais duramente conquistados pelo movimento sindical e suas categorias estão ameaçados no Congresso Nacional. O Diap declara que, ao dar visibilidade à pesquisa, visa a lançar luz sobre o Parlamento e chamar atenção para a possibilidade iminente de retirada, flexibilização ou até mesmo de eliminação de direitos trabalhistas e sociais conquistados ao longo da história do Brasil.

Esse movimento retrógrado não advém somente do Poder Legislativo federal. Ele está em toda a parte, nos governos neoliberais eleitos em 2014. E o Distrito Federal não ficou de fora dessa onda conservadora. O governador Rodrigo Rollemberg (PSB) pôs em curso uma série de ações que visam a retirar direitos trabalhistas do funcionalismo público distrital e sociais da população. Contudo, assim como ocorreu em outras décadas e em governos passados, este governador também teve de enfrentar a resistência da categoria do magistério público.

Nesses 37 anos, o sindicato e a categoria nunca baixaram a cabeça para governantes comprometidos com setores privatistas que tentaram acabar com a escola pública e com os direitos sociais e trabalhistas. Em 2015, à frente da luta, sindicato e categoria desdobraram-se em mobilizações e até em greve. Este ano, o Sinpro-DF lança uma nova luta: a Campanha Salarial 2016.

Para isso, conta com a histórica força da categoria. Afinal, no ano passado, a luta foi intensa e vitoriosa: suspendeu o projeto neoliberal de entregar a gestão das escolas às Organizações Sociais. Sindicato e categoria posicionaram-se em frente do Palácio do Buriti e da Câmara Legislativa do DF (CLDF) para impedir retiradas de direitos trabalhistas e sociais consagrados e contra o calote no pagamento de salários.

A história do Sinpro-DF é assim: repleta de momentos em que a categoria teve de parar tudo para impedir ações de governos que acarretem prejuízos. Graças a essa organização e disciplina, o sindicato lutou contra perdas salariais e a favor de mudanças na concepção de gestão pública. Garantiu conquistas pedagógicas e condições de trabalho, dentre outros ganhos. Transformou em lei todos os direitos que estão no plano de carreira e no contracheque. Foi mais longe e garantiu o Plano Distrital de Educação (PDE).

O PDE ousou ao eliminar a ingerência de governos de plantão sobre a Educação pública e, na Meta 17, definiu que a relação de trabalho é política de Estado e não de governo. Ele prevê investimentos para assegurar a qualidade na educação e aponta caminhos que precisam ser trilhados, os quais resultarão na melhoria das condições de trabalho, salariais e de carreira. Mas, para isso, precisa de unidade e da organização da categoria.

Vem, professor!
Vem, professora!



Na greve de 29 dias, entre outubro e novembro de 2015, categoria foi à luta contra o projeto do Governo do Distrito Federal de entregar o ensino público às OS

Unidade contra a lógica mercantilista na educação

A luta por novas conquistas e pela manutenção das existentes é diária e pode até sofrer atrasos e reveses. Para impedir prejuízos, a categoria deve manter-se alerta, unida e participante

A greve da categoria, em 2015, provou que a luta de classe é diária, pode sofrer atrasos e até reveses se não houver uma atitude firme e unificada de todos e todas na defesa de seus direitos.

A prova disso é o que ocorreu com o magistério público do Distrito Federal (DF), no ano passado, que realizou uma greve, entre os dias 15 de outubro e 12 de novembro, para assegurar a manutenção de direitos conquistados, materializados na Lei nº 5.105/2013, em plena vigência.

A greve também teve o objetivo de barrar o choque de gestão do governo Rodrigo Rollemberg (PSB) que visava, dentre outras, à privatização da escola

pública por meio de Organizações Sociais (OS).

Este ano, o Sinpro-DF intensifica a luta em defesa da escola pública e gratuita, por garantias dos acordos de greve e firmados em mesa de negociação e por avanços na pauta de reivindicações. Para tanto, lança a Campanha Salarial 2016.

LÓGICA DO SOFRIMENTO – As tentativas do Governo do Distrito Federal (GDF) de retirar direitos e reduzir salários ressuscitou a lógica de que para se ter direitos trabalhistas, recomposição e reajuste salarial, condições dignas de trabalho, ganhos pedagógicos e uma carreira de Estado do magistério público estruturada, a

categoria precisa sofrer.

“Essa lógica do sofrimento para se conquistar novos avanços e manter ganhos nunca foi alterada. O sacrifício, normalmente, é a própria greve. E se intensifica quando há uma greve longa. Deixa marcas mesmo que haja conquistas. Vamos combater essa lógica governamental”, conclama Rosilene Corrêa, coordenadora da Secretaria de Finanças do Sinpro-DF.

“Por isso dizemos que a greve do ano passado é uma continuidade da de 2012. Contudo, na do ano passado, conseguimos uma vitória política importante porque barramos o projeto neoliberal do GDF de adotar o choque de gestão, que iria retirar conquistas”, avalia a diretora.

Pecúnia da licença-prêmio

1998 - Categoria usufruía o direito com razoável facilidade

1999 – Governo Roriz impede o gozo da licença-prêmio. Sinpro-DF propõe a venda e autossubstituição. Governo aceita

2002 – TCDF proíbe autossubstituição

2003 - GDF suspende autossubstituição e liberação para gozo é dificultada. Sinpro judicializa

2005 – Sinpro-DF ganha na Justiça o pleito de transformar licença-prêmio em pecúnia

2008 – Governo Arruda reconhece pagamento da pecúnia na aposentadoria

2011 – Governo Agnelo sanciona LC 840 e introduz na lei pagamento de pecúnia na aposentadoria

2015 – Governo Rollemberg inicia jornada neoliberal para retirar o direito dos(as) servidores(as) à licença-prêmio



Rosilene esclarece que, “em 2012, houve avanços porque teve reestruturação da carreira com incorporação de gratificação e reajustes das tabelas. A carreira foi reestruturada a partir da incorporação da Gratificação por Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (Tidem), o que produziu efeitos de reajuste parcelados em seis vezes. A última parcela a ser implantada seria em setembro de 2015”. O governo Rollemberg descumpriu.

INCORPORAÇÃO DA TIDEM – Mais do que uma mera conquista salarial, a incorporação da Tidem, estabelecida pela Lei nº 5.105/2013, significou uma mudança de concepção. Modificou o contracheque e fortaleceu o salário, que havia sido desmembrado e enfraquecido pelas políticas de gratificação adotadas nos governos neoliberais da década de 1990. O vencimento havia perdido o poder aquisitivo em virtude dos pacotes econômicos. As gratificações são um mecanismo de retirada de conquistas salariais dos(as) aposentados(as).

Com a incorporação da Tidem, o Sinpro-DF mudou essa lógica e colocou a categoria na vanguarda da luta de classe dos últimos 30 anos. Boa parte do funcionalismo das três esferas do Estado ainda não venceu essa luta. Nas pautas de reivindicações há sempre o pleito pela incorporação das gratificações aos vencimentos.

Se, por um lado, representa uma grande conquista histórica, porque

confronta modelos de gestão pública, por outro, a incorporação promove mudanças no magistério. “Depois de mais de 10 anos de luta por esse objetivo, a incorporação representa um



avanço em vários sentidos, incluindo aí o fato de acabar, já na primeira parcela do reajuste em março de 2013, com a exigência da exclusividade”, lembra Washington Dourado, diretor de Administração do sindicato.

Ele diz que a incorporação traz

também segurança jurídica para a categoria, uma vez que ao integrar o vencimento básico, não há como governos de plantão ingerir sobre isso. “A incorporação melhorou o nosso contracheque, principalmente no sentido da segurança jurídica”, afirma Dourado.

PROTAGONISMO DO SINPRO – O Sinpro-DF foi protagonista na elaboração da Lei Complementar nº 840/2011 (LC 840/11), que trouxe vários avanços que o governo Rollemberg tenta retirar. Ele quer, por exemplo, suprimir duas conquistas da categoria estendidas ao funcionalismo por meio da LC 840/11: o pagamento da pecúnia da licença-prêmio aos(as) recém-aposentados(as) e transformá-la em licença para estudo, causando ainda mais prejuízos financeiros à categoria.

Outro avanço do plano de carreira foi o fim da perda da Gratificação de Regência de Classe, que, muitas vezes, correspondia a um valor acima de R\$ 1.000,00, quando saía para estudar. Muitos(as) deixavam de se aprimorar para não sofrer prejuízo financeiro. Agora não perdem mais.

PECÚNIA DA LICENÇA-PRÊMIO – O GDF tem atrasado os pagamentos da pecúnia da licença-prêmio, uma conquista do Sinpro-DF e da categoria estendida ao funcionalismo. É um direito que o(a) servidor(a) tira a cada 5 anos durante 3 meses por ter tido assiduidade no trabalho.

“O Sinpro sempre teve protagonismo na luta por avanços e isso se verifica em várias leis distritais. A transformação da licença-prêmio não gozada em pecúnia a ser paga no ato da aposentadoria é um exemplo materializado em artigo da LC 840/2011”, informa Rosilene.

Em meados de 1998, a categoria usufruía o direito à licença-prêmio com certa facilidade. O então governador Joaquim Roriz começou a travar as liberações para o gozo.

Em 1999, criou-se uma situação de comercialização. A categoria passou a vender a licença-prêmio para o GDF. A situação era esdrúxula porque o(a) servidor(a) se autossubstituíu, assinando um contrato temporário remunerado, inicialmente, no valor do próprio salário”, explica Cláudio Antunes, diretor de Imprensa do sindicato. “Com essa atitude do GDF, o Sinpro-DF



apresentou a ideia de o governo comprar a licença-prêmio e o(a) servidor(a) que quisesse poderia vendê-la e, se vendesse, poderia se autossubstituir e receber, portanto, o salário igual”.

Com o tempo, o GDF decidiu economizar na autossubstituição e começou a pagar, a quem quisesse vender, o piso da carreira. Assim, quem estava no fim da carreira ficava no prejuízo financeiro. Em 2002, o Tribunal de Contas do Distrito Federal e Territórios (TCDF) proibiu a autossubstituição.

Em 2003, o GDF criou um



impasse e suspendeu autossustituição e a liberação para o gozo. "O Sinpro judicializou e questionou: se o GDF tinha (e tem) o poder discricionário de liberar ou não a licença-prêmio, ele teria obrigação de indenizar na aposentadoria caso não tivesse permitido à pessoa de, no exercício da função pública, gozar o benefício", afirma o coordenador de Imprensa.

A importância dessa incorporação é que acabamos com a exigência da exclusividade a partir da incorporação da primeira parcela do reajuste de março-maio de 2013

Em 2005, o Sinpro-DF ganhou na Justiça o pleito de transformar as licenças-prêmios em pecúnia.

Os primeiros casos judicializados foram transformados em precatórios. No fim de 2008, após um número grande de ganhos de precatórios na Justiça, o então governador José Roberto Arruda teve de reconhecer o pagamento. Ficou definindo que as pecúnias das licenças-prêmios não gozadas seriam pagas na aposentadoria.

No governo Agnelo Queiroz, esse acordo entrou na íntegra na LC nº 840/2011, como todos os acordos, leis, jurisprudências distritais das relações trabalhistas entre servidores(as) do DF e o GDF.

Em 2015, o governo Rodrigo Rollemberg retomou o projeto de choque de gestão com previsão de cortes de gastos e de retirada de direitos do funcionalismo público distrital e, dentre eles, o direito de recebimento da pecúnia da licença-prêmio no ato da aposentadoria.



Durante o 10º Congresso dos Trabalhadores em Educação, categoria discutiu a defesa dos direitos que estão na mira dos governos que adotaram o choque de gestão



Investimento na reforma modernizou o edifício para oferecer mais recursos à categoria. Na entrada, Espaço Isabel Portugal em homenagem à militante

Reforma para atender às necessidades da categoria

A reforma de uma casa para adequá-la às necessidades de quem irá morar nela é uma forma de se buscar qualidade de vida. O mesmo ocorre na luta sindical: de vez em quando é preciso reorganizar a casa para melhorar o desempenho da luta a fim de que a entidade sindical alcance um de seus maiores objetivos: assegurar qualidade de vida aos(as) trabalhadores(as).

A diretoria colegiada do Sinpro-DF entendeu que para acolher cada membro da categoria de forma adequada era preciso reformar o prédio do sindicato.

"Ao chegarem na nossa sede e se depararem com a reforma, percebemos a satisfação no olhar, na reação. É exatamente isso: saber que a nossa contribuição sindical sustenta a luta pelos nossos direitos e por uma sociedade mais justa, e em tudo o mais que é necessário para a nossa formação pedagógica, política, da organização da luta. É também ver que essa arrecadação permite que tenhamos uma sede com mais recursos", afirma Rosilene Corrêa, diretora de Finanças do Sinpro-DF.

No entendimento da diretora, o Sinpro é um espaço de todos. Um

exemplo de melhoria que a reforma proporcionou é o Auditório Paulo Freire (foto abaixo). "Antes, ele tinha assento para um pouco mais de 50 pessoas. Hoje, ele comporta mais de 190 pessoas sentadas e permite realizar mais e maiores atividades na sede com o conforto que todos e todas merecem", informa a diretora.

Ela lembra que quem conheceu a antiga sede, no Setor Comercial Sul, reconhece a diferença. "A nova sede é a prova de que a nossa contribuição é bem utilizada sem abrir mão de ter o recurso necessário para a luta", finaliza.





Sindicato está sempre realizando debates, congressos, fóruns e outros momentos de formação para professores(as) e pedagogos(as)-orientadores(as) educacionais

O compromisso de organizar a categoria

Debates, congressos, fóruns e cursos de formação são instrumentos da luta sindical para assegurar vitórias, fortalecer a categoria e defender a educação pública de qualidade

A formação político-sindical é a principal ferramenta dos(as) professores(as) e dos(as) pedagogos(as)-orientadores(as) educacionais do magistério público do Distrito Federal na defesa dos interesses da categoria. É também um dos mais relevantes patrimônios do Sinpro-DF, cujo objetivo é fortalecer o movimento do magistério público.

A compreensão da conjuntura econômica, social, política, educacional, entre outras, é a principal responsável pelas vitórias trabalhistas e pedagógicas dos(as) docentes da rede oficial de ensino na capital federal. Sem esse entendimento, não haveria

conquistas. É por isso que as sucessivas diretorias do Sinpro-DF, sobretudo as dos últimos 12 anos, sempre promoveram debates, congressos, fóruns e intensa formação sindical. O conhecimento adquirido é uma importante ferramenta na luta.

A diretoria colegiada do Sinpro-DF mantém a tradição de fortalecer o movimento sindical docente com investimentos na formação de seus(suas) filiados(as). No entendimento dessa diretoria, “ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar”. A frase do educador Paulo Freire resume uma das mais

importantes preocupações da diretoria com o fortalecimento da categoria.

Nilza Cristina, coordenadora da Secretaria de Formação Sindical



É por isso que investe em sua organização e comprometimento com a causa do magistério público. Os debates, congressos, fóruns e formação sindical têm o objetivo primordial de levar a categoria a entender a conjuntura política, econômica, educacional, cultural, local, nacional e internacional, entre outros.

Nilza Cristina G. dos Santos, coordenadora da Secretaria de Formação Sindical do Sinpro-DF, afirma que uma das principais preocupações e mais relevantes compromissos desta diretoria é estar na linha de frente das temáticas que fortalecem a luta.

“Percebe-se que organizar a luta parte da necessidade de que todos e todas conheçam a história de luta da nossa categoria e de toda a classe trabalhadora. Por isso, temos várias atividades centradas na formação sindical, tais como os seminários, o Fórum Social Mundial, os debates e, a cada três anos, o Congresso de Trabalhadores em Educação”, salienta.

A formação dos(as)

professores(as) aposentados(as) também tem uma atenção especial do Sinpro-DF. A luta pelos direitos dos(as) aposentados(as) remonta aos primórdios da criação do sindicato. Em 1979, o Sinpro pôs em curso a campanha da Aposentadoria aos 25 anos.

Por intermédio da formação político-sindical, desconstruiu o entendimento que havia na categoria de que o (a) professor(a) aposentado(a) que não estava mais em sala de aula era profissional descartado(a) e, portanto, não teria os mesmos direitos dos(as) professores(as) em atividade.

Nesses 37 anos, e sobretudo na última década, o Sinpro-DF implantou o curso de formação, o qual se tornou uma das principais ferramentas de desconstrução de velhos conceitos discriminatórios e de construção de concepções modernas que favorecem as relações sociais mais justas e o fortalecimento da luta pelas conquistas trabalhistas.

Iolanda Rodrigues Rocha, diretora de Políticas Sociais do sindicato, afirma que, sem o

entendimento da situação e do processo histórico do país, a luta por direitos não avança.

Nilza Cristina complementa: “A categoria precisa estar atenta a tudo o que acontece a seu redor, no país e no mundo, formando suas bandeiras de luta. Os(as) professores(as) aposentados(as) têm participação ativa no nosso movimento, pois entendem que precisam estar ativos na luta por conquistas”.

Somente uma categoria unificada, consciente e capacitada será capaz de avançar e adquirir vitórias necessárias para defesa dos nossos direitos e uma educação pública de qualidade.

“Quando realizamos seminários, cursos de formação e outras atividades, a intenção é organizar a categoria, deixando-a a par da realidade, pois não pode se alienar. Tudo isso ajuda a construir a pauta de luta da categoria e a pauta política social. A nossa categoria é extremamente política e esses pontos ajudam a construir tudo isso”, finaliza Nilza Cristina.

Sinpro amplia convênios da categoria

O Sinpro-DF firmou convênio com a empresa Masterclin Serviços Administrativos LTDA, o que irá proporcionar aos(às) filiados(as) descontos e vantagens na compra e na contratação de produtos e serviços, incluindo aí a saúde privada. A MasterClin irá reunir os demais convênios já firmados pelo sindicato e ampliá-los mais ainda.

Com o Cartão MasterClin os(as) filiados(as) terão descontos que variam de 5% a 50% em estabelecimentos comerciais, como academias de ginástica, cursos, livrarias, cinemas, laboratórios de análises clínicas, aluguel de carro,

passagens aéreas, redes de hotéis, empresas de turismo, supermercados, dentistas, clínicas médicas privadas, postos de combustíveis e vários outros.

O convênio oferece também a possibilidade de os(as) professores(as) indicarem à MasterClin outros produtos e serviços que queiram que estejam no rol de estabelecimentos comerciais que poderão oferecer descontos.

“Essa é mais uma reivindicação da categoria que esta diretoria do Sinpro-DF realiza, principalmente porque irá proporcionar descontos em exames médicos e em laboratórios, como, por

exemplo, no Sabin e no Exame”, afirma Carlos Cirane, coordenador da Secretaria de Administração e Patrimônio.

Ele diz que há anos a diretoria colegiada tenta estabelecer convênios com várias empresas e serviços no Distrito Federal, sobretudo na área de saúde, porém, nunca conseguiu concluir essas negociações por motivos diversos. No fim do ano passado, a diretoria encontrou uma única empresa todas as possibilidades de convênios.

Para facilitar a entrega do cartão, o Sinpro-DF fez o recadastramento dos(as) filiados(as) para atualização do cadastro sindical.

MasterClin
Vantagens



A nova "invençione" do governo Rollemberg (PSB) é entregar a saúde e a educação públicas, bem como espaços públicos, à iniciativa privada. Só a luta barra isso

A última fronteira da globalização

Organizações Sociais são instituições privadas, regulamentadas nos governos neoliberais na década de 1990, para receber a transferência dos recursos financeiros públicos

Comerciantes, políticos e empresários voltam a assediar a escola pública e buscam transformar a educação em serviço lucrativo. Fundamental para a formação de uma sociedade plural, com cidadãos críticos e atuantes na vida da comunidade, a educação pública é atacada desde os anos 1960, por meio de várias reformas educacionais e leis que entregaram o setor ao capital financeiro.

No Brasil, as instituições multilaterais, interessadas nessa mercantilização, sustentaram todos os governos privatistas. Mas a população reagiu a isso, elegendo governos democrático-populares para administrar o país. Desde então continuar com essas políticas têm

sido um desafio constante para os movimentos sociais brasileiros. Nos países e locais em que os serviços públicos foram privatizados, tornaram-se serviços caros e ineficientes, transformando o Estado cada vez mais em ente ausente dos serviços, apenando grandes setores das populações de países latino-americanos.

No Distrito Federal, a "nova invençione" do governador Rodrigo Rollemberg (PSB) de entregar a educação e saúde públicas do Distrito Federal (DF), bem como espaços públicos, à iniciativa privada é um retrocesso às políticas neoliberais fracassadas nas décadas de 1980-90. São políticas definidas pelas instituições multilaterais (Banco Mundial, OMC, Organização das Nações Unidas – ONU) para os países

do terceiro mundo.

O projeto político do governador Rodrigo Rollemberg para o Distrito Federal é justamente esse: entregar a administração das escolas públicas para as chamadas Organizações Sociais (OS) – um jeito moderno de falar de privatização/terceirização. Por isso que os críticos do governo o chamam de "entreguista".

PRIVATIZAÇÃO – A Lei nº 9.637/1998, que regulamenta as atividades das OS, foi proposta pelo governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB) durante a reforma neoliberal do Estado brasileiro, realizada, nos anos 1990, para adequar o Brasil às diretrizes das instituições multilaterais.

Essa lei introduz um modelo contraproducente e entreguista de gestão, que visa a repassar a oferta dos serviços públicos para a iniciativa privada. E, no caso da educação, não é factível e não significa que as OS serão capazes de atender, de forma universal, democrática, igualitária e plural, a uma demanda social de interesse direto de mais de 40 milhões de crianças e jovens matriculados em escolas públicas do país.

Cláudio Antunes, diretor de Imprensa do Sinpro-DF, esclarece que as OS são como uma forma de terceirização do serviço público. "No DF, o governo tenta convencer a todos que as OS vêm para melhorar a educação pública. Isso é uma mentira e precisamos levar esse tema para o debate para desmascarar toda esta falácia. O pior é que as tais OS se intitulam 'sem fins lucrativos', o que nos traz a falsa ideia de que não há dinheiro público sendo transferido para elas. A OS vai sim receber recursos financeiros públicos para administrar projetos".

PREJUÍZOS – Um dos prejuízos é que a gestão por OS acaba com o concurso público, uma das conquistas dos(as) servidores(as) públicos(as) na Constituição de 1988. Com as OS, o governo quebra a Constituição e implanta a rotatividade intensa entre trabalhadores(as) da educação.

O modelo de gestão por OS vai trazer ainda para os(as) trabalhadores(as) pelo menos dois grandes prejuízos nos seus salários. O primeiro: os(as) contratados(as) pelas OS não receberão o piso da categoria. O segundo: eles e elas não terão o direito à carreira do magistério.

MILITARIZAÇÃO – Outro ponto que merece a atenção dos(as) educadores(as) é a tendência à "militarização" das escolas, ou seja, a entrega da gestão de escolas públicas à Polícia Militar como uma resposta à crescente violência no ambiente estudantil, seja contra professores(as), servidores(as)

ou entre os(as) próprios(as) estudantes.

Mas três pontos demonstram bem a problemática desse novo ambiente escolar aos quais o Sinpro-DF se opõe: cobrança de taxas em escolas públicas; implantação da gestão militar que não conhece a realidade escolar, destituindo os(as) diretores(as) eleitos(as) pela comunidade escolar; imposição, aos(as) professores(as) e estudantes das concepções, normas e valores da instituição militar, comprometendo o processo formativo plural e se apropriando do espaço público em favor de uma lógica militarizada.

Por fim, a militarização da escola pública, que já é realidade no Estado de Goiás com o governo Marconi Perillo (PSDB), vai contra os princípios constitucionais de uma escola pública, gratuita, democrática, com igualdade de condições de acesso e permanência, pautada no pluralismo de ideias e concepções pedagógicas.



Em ato público contra as OS, em Goiás, professoras manifestaram repúdio e prometem lutar toda vez que qualquer governo tentar privatizar a educação pública



Categoria vai à luta contra todo tipo de golpe que ameace seus direitos. No DF, posicionou-se contra as OS e apresenta PDE e PNE como políticas para o setor

Fortalecer a luta contra a privatização

Planos Nacional e Distrital de Educação buscam assegurar excelência, gratuidade, perfil público e inclusivo, com valorização do(a) professor(a)

A principal bandeira do movimento docente no país é a educação pública, gratuita, de qualidade socialmente referenciada.

Nos últimos anos e, sobretudo, nos últimos meses, o Sinpro-DF teve de fortalecer a defesa dessa concepção em razão das ameaças de privatização impostas pelo atual Governo do Distrito Federal (GDF).

Sindicato e categoria saíram às ruas para denunciar e impedir o desmanche da rede pública de ensino. Fizeram barulho, chamaram a atenção da sociedade e aumentaram a discussão sobre os mecanismos que enfraquecem e os que fortalecem o ensino. Denunciaram a intenção do

governo e abortaram o projeto de privatização da educação pública. Em 2015, mobilizados e unificados, categoria e sindicato conseguiram suspender o avanço do sucateamento da educação pública da capital, a adoção das Organizações Sociais (OS). Tiveram um dos maiores ganhos políticos de sua história: barraram o projeto neoliberal posto em curso pelo governo Rodrigo Rollemberg (PSB). Todavia, não impediram o andamento do projeto privatista de entrega dos serviços públicos à iniciativa privada.

O governo Rollemberg, contudo, continua tramitando projetos de leis, decretos e outros instrumentos legislativos e jurídicos

que visam a privatizar a educação e outros direitos sociais.

PLANO DISTRITAL DE EDUCAÇÃO (PDE) – Unificada na defesa do plano de carreira e da educação pública, categoria e sindicato mostraram que seus princípios e vitórias são o resultado de uma história de luta respeitada pelo brasileiro. O Plano Distrital de Educação (PDE) e o Plano Nacional de Educação (PNE) constituem conquistas importantes nessa trajetória.

É a primeira vez que o DF tem um plano de educação pública construído democraticamente com a comunidade escolar, o sindicato, o governo e a sociedade. O PDE tem

vários objetivos, mas o destaque é o fato de ele estabelecer metas, estratégias e planejamento com vistas a melhorar a qualidade e o acesso à educação pública. O PDE deve ser implantado ao longo de dez anos e deverá trazer melhorias significativas para a área de educação do DF.

Foram realizados muitos debates para se chegar ao documento que hoje constitui o PDE. Por isso, a diretoria colegiada do sindicato entende que ele é resultado de uma ação coletiva e, em sendo assim, também devem ser coletivos os esforços para que ele seja, efetivamente, implantado. Para assegurar isso, o Sinpro-DF lançou o Observatório PDE. Trata-se de uma ferramenta de controle social que oferece à categoria e à sociedade o acompanhamento e o monitoramento da aplicação do plano. Nos 10 anos de vigência, a população poderá ser protagonista da construção de uma educação pública de qualidade.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE) – A diretoria do Sinpro-DF avalia que outra vitória foi a aprovação, no Congresso Nacional, do Plano Nacional de Educação (PNE). Trata-se de um documento com diretrizes para as políticas públicas de educação entre 2014 e 2024. O projeto original saiu dos debates ocorridos na Conferência Nacional de Educação (Conae), em 2010, para substituir o primeiro PNE (2001-2010). "Uma grande conquista desse novo plano foi a aprovação dos 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação. A garantia desses recursos financeiros é o ponto principal para a implantação das melhorias de

A ideia original dos movimentos sociais acerca da LRE era a criação de mecanismos que disciplinassem a devida execução das verbas destinadas à educação, impondo, até mesmo, sanções ao(à) legislador(a) que descumprisse os parâmetros legais

que a educação precisa", avalia os(as) diretores(as).

Para que as metas de cada plano sejam cumpridas, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e os movimentos sindicais da educação lutam pela aprovação da Lei de Responsabilidade Educacional (LRE), a qual irá assegurar o padrão de qualidade na educação básica, em cada sistema e rede de ensino. Essa qualidade será aferida

pelos metas, as quais serão conferidas por institutos oficiais de avaliação.

Jairo Mendonça, diretor do Sinpro-DF, afirma que a luta é pela aprovação da LRE no primeiro ano de vigência do PDE a fim de que seja aprimorado o controle social sobre a correta aplicação dos recursos da educação. "A ideia original dos movimentos sociais acerca da LRE era a criação de mecanismos que disciplinassem a devida execução das verbas destinadas à educação, impondo, até mesmo, sanções ao(à) legislador(a) que descumprisse os parâmetros legais", esclarece o diretor.

Júlio Barros, diretor do Sinpro-DF e representante do sindicato no Fórum Distrital de Educação (FDE), acredita que os maiores desafios, no primeiro semestre de 2016, serão a aprovação da LRE; a criação do Sistema Distrital de Educação; a Lei do PDAF; a Lei do Crece (Conselho de Representantes dos Conselhos Escolares); a revisão da Lei de Gestão Democrática e a discussão sobre a operacionalização da Meta 17 do PDE, que trata da equiparação salarial dos(as) profissionais do magistério com a média das carreiras de nível superior.

Jairo Mendonça, diretor da Secretaria de Assuntos Culturais



Na Galeria Jorge Cauhy, na Câmara Legislativa do DF, magistério público e diretoria do Sinpro-DF na luta pela aprovação do Plano Distrital de Educação (PDE)



Em 2015, o GDF extinguiu os programas de inclusão educacional, rompeu com dois essenciais que asseguravam o ingresso da juventude de baixa renda na UnB

Um direito de todos e um dever do Estado

Luta do Sinpro, da categoria e da comunidade escolar garantiu avanços, como o acesso à universidade pública por meio do PAS e do Enem, além da criação do Cartão Material Escolar

A educação é mencionada 57 vezes na Constituição Federal. Em todas as citações ela aparece como um direito social cujo mantenedor e afiançador é, por obrigação, a União, os Estados, os municípios e o Distrito Federal. O artigo 205, que introduz o Capítulo III, é esclarecedor ao estabelecer que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Para manter esse direito social intocável, o Sinpro-DF e a

categoria têm realizado grandes esforços e sucessivas lutas pela gestão democrática da escola e do sistema público de ensino de forma a assegurar também a democratização do acesso. Juntamente com isso, nos últimos anos, o Sinpro-DF conquistou vitórias que têm favorecido o cumprimento desse direito social no Distrito Federal (DF).

PROGRAMA DE AVALIAÇÃO SERIADA – A diretoria do sindicato considera como uma delas o Programa de Avaliação Seriada (PAS). Trata-se de um processo democrático em que o(a) estudante é avaliado(a) em três etapas consecutivas, no fim de cada ano do Ensino Médio. O PAS

tem quebrado o paradigma de que a universidade federal pública é locus da classe média e alta.

É esse programa que, cada vez mais, tem massificado e aproximado a juventude de baixa renda da possibilidade de ingresso no ensino superior federal público. Apesar de ainda não ser o modelo ideal para assegurar a inclusão educacional no terceiro grau, o programa tem promovido o ingresso de estudantes da rede pública de ensino na Universidade de Brasília (UnB).

Em 2016, por exemplo, mais de 860 estudantes de escolas públicas – dos quais 780 pelo sistema de cotas – ingressaram em universidades públicas por meio do PAS. Contudo,

embora esse modelo de seleção e as políticas de cotas tenham muitos pontos positivos, Gabriel Magno, diretor do Sinpro-DF, identifica pontos negativos.

Ele diz que um dos defeitos é o fato de “a prova continuar focada no vestibular tradicional, que privilegia a avaliação de conteúdo, ou seja, o decoreba”. Magno lembra que o preço elevado da inscrição costuma afastar centenas de estudantes de baixa renda da possibilidade de ingressar na UnB. “A taxa de R\$ 100 reduziu, drasticamente, o número de inscrições. Se o Governo do Distrito Federal (GDF) tivesse isentado a taxa, poderíamos ter mais estudantes da rede em universidades públicas federais”, acredita.

CHOQUE DE GESTÃO – Em 2015, o governador Rodrigo Rollemberg (PSB) extinguiu todos os programas de inclusão educacional e rompeu com dois programas essenciais, já consolidados, que vinham assegurando, desde o início dos anos 2000, o ingresso da juventude de baixa renda na universidade pública.

Ao reduzi-los, acabou também com a esperança de melhoria de vida de 90% desses(as) estudantes. Ele eliminou, em 2015, o programa do Cartão Material Escolar – um benefício entregue às famílias cadastradas no Bolsa Família e com crianças em idade escolar –, voltando, em 2016, com um valor pífio. Também acabou com a isenção do pagamento da taxa de inscrição no PAS da UnB, a qual o GDF garantia, há quase uma década, aos(as) estudantes de baixo poder aquisitivo, colaborando, assim, com o ingresso desse segmento social na universidade pública.

“O governador Rollemberg retirou desses estudantes de baixa renda a oportunidade de ingressar em uma universidade pública. Como uma família de baixa renda com três, quatro, cinco filhos terá condições de pagar uma taxa de inscrição de R\$ 100, somando aí um total de R\$ 300, R\$ 400, para os filhos fazerem o PAS?”, indaga o diretor do sindicato.

Defendemos que tanto o Enem quanto o PAS sejam instrumentos de ampliação e democratização de acesso ao ensino superior. Já o Cartão Escola entra na lógica do Sinpro defender a permanência do estudante na escola, diminuindo a evasão escolar.

EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (ENEM) – Apesar da gestão desastrosa do governador, outras vitórias, no âmbito federal, asseguram a inclusão educacional. A diretoria do sindicato considera o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) um exemplo. Elaborada pelo Ministério da Educação (MEC), a prova do Enem tem o objetivo de verificar os domínios e habilidades dos(as) estudantes que concluíram o ensino médio e visa a possibilitar uma maior democratização do acesso à universidade.

Outra finalidade é assegurar ao estudante do interior do país a realização da prova em sua cidade de origem sem a necessidade de viajar até a capital para a realização do vestibular. Isso é realizado por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), um sistema informatizado do MEC por meio do qual instituições públicas de ensino superior oferecem

vagas a participantes do Enem.

Com essas conquistas, o número de aprovações de estudantes do interior do país em universidades públicas tem aumentado e ampliado, também, o ingresso de mulheres, negros(as) e jovens de baixa renda nas universidades.

O Enem também tem sido instrumento de conscientização. O tema da última prova de redação levou mais de sete milhões de jovens a discutir a violência contra a mulher.

CARTÃO MATERIAL ESCOLAR

– Outro avanço na educação é o Cartão Material Escolar. O benefício, concedido a estudantes que pertencem a famílias cadastradas no Bolsa Família, disponibiliza um crédito de R\$ 80 para a compra de material escolar. Gabriel Magno lembra que, em 2015, o GDF extinguiu o benefício, porém, este ano, o governador Rollemberg recuou dessa decisão.

Ainda assim, reduziu o valor do crédito que, em 2014, era de R\$ 242. “O Cartão Material Escolar, a exemplo dos programas de proteção social construídos e fortalecidos nos últimos anos, não são gastos, mas investimentos, e tem o papel de corrigir injustiças sociais. Este governo tem cortado gastos em cima dessas políticas e isso é um grande erro”, avalia o diretor do Sinpro.

A defesa do Sinpro é de valorização e melhoria da educação pública, articulada a uma visão sistêmica de educação de qualidade. É importante que a transição do ensino básico ao ensino superior seja ampliado e democratizado, com a possibilidade de mais vagas e chegando em mais setores, não apenas nos tradicionais. “Defendemos a proposta de que tanto o Enem quanto o PAS sejam instrumentos de ampliação e democratização de acesso ao ensino superior. Já o Cartão Escola entra na lógica do Sinpro de defender a permanência do(a) estudante na escola, diminuindo a evasão escolar. Dessa forma, a escola pública terá maior qualidade”, finaliza Gabriel Magno.

Educação pode amargar recuo histórico

Marta Vanelli faz uma análise de conjuntura do atual momento da educação pública do Brasil. Membro titular do Fórum Nacional de Educação (FNE) como representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), entidade da qual é secretária geral, Vanelli é licenciada em Ciências Biológicas e pós-graduada em Democracia Participativa República e Movimentos Sociais, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente, ela é professora da rede pública estadual de Santa Catarina

QUADRO NEGRO – Como a senhora analisa o Projeto de Lei nº 867/2015, de autoria do deputado federal Izalci Lucas (PSDB-DF), que inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido"?

Segundo o deputado, trata-se de "uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior".

MARTA VANELLI – Esse PL foi exaustivamente discutido na CNTE, que não concorda com nenhum ponto dele, pois se mostra extemporâneo, digno da ditadura militar e inapropriado à prática pedagógica com vistas a um projeto de educação emancipador e voltado à qualidade socialmente referenciada para a educação pública.

A neutralidade da escola em relação a temas políticos e religiosos não significa a ausência de debate sobre questões de ordem social, política e individual, uma vez que esses e outros assuntos perfazem a formação

humanística dos estudantes e formam o alicerce da educação laica e libertadora em nosso país.

Como alinhar a prática escolar com os anseios dos estudantes e como acompanhar as centenas de informações diárias disseminadas pela internet, sem a garantia de um espaço democrático e plural nas escolas? O projeto suprime um importante princípio constitucional, que anda ao lado da liberdade de aprender: a "liberdade de ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber" (art. 206, II da CF).

Esse princípio também é fundante do Estado laico e democrático, sobretudo num momento histórico marcado pela "sociedade da informação", que exige da escola o aprofundamento de assuntos absorvidos sem quaisquer filtros por crianças e jovens, via internet e televisão. E, mesmo com o atual nível de liberdade pedagógica, esse trabalho de aprofundamento da informação tem encontrado dificuldades nas escolas, quiçá com a censura imposta pelo presente projeto de lei.

A escola não é local de doutrinação, mas de instrução de temas curriculares e de debate de assuntos da vida cotidiana. As relações sociais fazem parte da escola. Ela não é uma instituição isolada do

mundo. Além de ensino *stricto sensu*, o papel da escola é o de educar para a vida, tal como preconiza o art. 205 da CF: "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

Também não se pode ignorar que os jovens no Brasil estejam aptos a votar a partir dos 16 anos e que cabe à escola lhes dar conteúdo crítico para fazer suas escolhas num momento tão importante como o das eleições de gestores públicos e parlamentares.

Caso o PL nº 867/15 prospere na Câmara dos Deputados e se o mesmo acontecer à época de eventual sanção da lei pelo Poder Executivo, a CNTE, desde já, anuncia que ingressará com Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF).

QUADRO NEGRO – Como fica a Educação com o recuo na chamada Lei do Pré-Sal?

MARTA VANELLI – A conjuntura educacional, no momento, está intrinsecamente atrelada aos rumos da economia nacional, com destaque para o ajuste fiscal nas três esferas de governo, para a desregulamentação do regime de partilha do pré-sal e para a possibilidade de desvinculação de recursos constitucionalmente assegurados para financiar as políticas públicas da área da educação.

O Plano Nacional de Educação (PNE) e os demais planos decenais de educação de estados, DF e municípios pautaram suas metas e estratégias no aumento do investimento público ao patamar de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação até 2024.

Porém, com a crise mundial, que atingiu seu ápice no Brasil em 2015-16, observa-se um drástico movimento inverso na perspectiva de arrecadação de receitas públicas para a educação pública – e os movimentos sociais, em especial o sindical, devem pautar suas lutas para garantir a orientação do PNE sobre o financiamento.

A recente aprovação do PLS 131, do senador José Serra (PSDB-SP), além de fragilizar a soberania energética do país com a privatização do pré-sal, impõe perdas de arrecadação para as áreas de educação e saúde. Isso porque a exclusividade da Petrobras é o que garante maior rendimento de *royalties* para o governo federal, com o conseqüente repasse de maior fluxo de receitas para as áreas sociais. A Petrobras opera com menor custo no pré-sal, possibilitando mais *royalties* para a educação.

QUADRO NEGRO – E a questão do gerenciamento da escola pública a partir de Organizações Sociais (OS)?

O Plano Nacional de Educação (PNE) e os demais planos decenais de educação de estados, DF e municípios pautaram suas metas e estratégias no aumento do investimento público ao patamar de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação até 2024.

MARTA VANELLI – A opção pelas OS na educação comprova que o Brasil embarcou na orientação mundial de privatização da educação, ditada pela Organização Mundial do Comércio

(OMC), a qual se pauta na redução de direitos sociais garantidos pela Constituição aos cidadãos e aos profissionais da educação. No caso desses últimos, a contratação via OS dispensa o concurso público e as garantias dos atuais planos de carreira, restando, quando muito, o pagamento do piso salarial nacional, que, por sua vez, no Estado de Goiás – onde as OS avançam na rede estadual – tem sido gravemente fracionado. Neste momento de forte ataque neoliberal às conquistas sociais, as minutas de projetos de lei sobre piso e carreira, da CNTE, devem se constituir pautas de resistência e de confronto da categoria à opção de terceirização e privatização da escola pública por meio das OS.

Outra orientação conservadora e descabida em curso no país, sob a chancela de governos estaduais e municipais, refere-se à militarização de escolas públicas como alternativa ao problema da violência e do tráfico de drogas. Tal medida provém da inércia do Poder Público em resolver a questão.

E, ao passar a impressão de maior segurança nas escolas, os gestores acabam escondendo as graves conseqüências que essa medida de substituição irresponsável do trabalho pedagógico escolar pela ideologia militar causará na formação humanística, que se pretende para nossa sociedade à luz dos princípios que regem o Estado democrático de direito brasileiro, com respeito à pluralidade de opiniões e às diversidades étnico-racial, cultural, de gênero e de orientação sexual.

QUADRO NEGRO – Basta ofertar e garantir formação profissional para atingirmos uma educação pública de qualidade?

MARTA VANELLI – É preciso reafirmar que a formação profissional é um e não o único elemento intrínseco à qualidade da educação. De nada adianta profissionais qualificados se lhes são negados salários atraentes, carreiras que estimulem a permanência no cargo público, condições de trabalho propícias ao êxito da profissão, concurso público

para padronizar o conhecimento da categoria, dentre outros aspectos de responsabilidade do Poder Público.

Uma segunda questão refere-se à função social da formação. A autonomia universitária é um princípio constitucional a ser preservado, porém, as instituições formadoras de professores(as) e funcionários(as) de escola necessitam aproximar o currículo da formação (teoria e prática) a projetos educacionais atrelados aos compromissos de desenvolvimento da Nação.

QUADRO NEGRO – Em que contexto se encontram e quais são os desafios para a valorização dos(as) trabalhadores(as) da educação básica?

MARTA VANELLI – Do ponto de vista stricto sensu, o trabalho docente e dos(as) funcionários(as) da Educação, no Brasil, ainda é precário, sobretudo em razão da falta infraestrutura básica nas escolas; da formação inicial

A Petrobras é o que garante maior rendimento de royalties para o Governo Federal, com o consequente repasse de maior fluxo de receitas para as áreas sociais. A Petrobras opera com menor custo no Pré-sal, possibilitando mais royalties para a educação.

e continuada dos(as) profissionais ser insuficiente do ponto de vista pedagógico e da oferta em áreas de efetivo trabalho escolar; da imposição do currículo atrelado a testes padronizados, que têm retirado a liberdade de ensinar dos docentes – uma garantia constitucional (art. 206, II); e da falta de gestão democrática nos sistemas de ensino e nas escolas. Tudo isso inibe o trabalho coletivo dos educadores e impõe barreiras à interdisciplinaridade dos conteúdos curriculares.

Numa abordagem lato sensu, a organização do trabalho dos(as) educadores(as) pauta-se em demandas da categoria e indica horizontes para as lutas sindicais, que no presente momento se concentram em, principalmente, valorizar os profissionais da educação escolar por meio do piso salarial nacional, carreira atraente à luz de diretrizes nacionais, jornada compatível em uma única escola ou rede de ensino, condições apropriadas de trabalho e cuidado com a saúde física e mental.

Categoria na vanguarda da luta de classe

Em 2016, o Sinpro-DF completou 37 anos com trajetória cheia de vitórias e realizações, tornando-se referência na luta sindical e capaz de modificar a organização social, política e econômica do DF

A história do Sinpro-DF é repleta de ações que colocaram a categoria na vanguarda da luta de classe no Distrito Federal e até mesmo fora da capital do país. Não é exagero dizer que professores(as) e pedagogos(as)-orientadores(as) educacionais construíram nestes 37 anos, uma entidade sindical combativa, autônoma, forte, capaz de influenciar outras categorias e de modificar os rumos da organização social, política e econômica do DF.

Esse currículo repleto de realizações mostra uma trajetória que, ora alcançou muitas vitórias, ora amargou alguns fracassos, mas nunca baixou a cabeça para nenhum governo que tentou humilhá-la ou retirar o direito à educação pública do povo brasileiro.

Referência de luta sindical, o magistério público do DF tem construído sua história com unidade, força, alegria e, sobretudo, organização. Ao mesmo tempo em que esteve firme nos momentos de luta, também esteve presente e descontraído nos momentos de alegria e confraternização. Basta ver as suas várias festas de confraternização e atividades desportivas realizadas durante o ano.

Este ano, o sindicato deu mais um passo na inovação cultural e no estreitamento de suas relações com a população da capital do país: comemorou seus 37 anos no Parque da Cidade, com música popular brasileira.



População de Brasília vai à Câmara Legislativa do DF para apoiar a luta dos(as) professores(as) e defender a Educação pública, gratuita e de qualidade



Luta do Sinpro-DF assegurou educação pública e uma categoria forte, mas ainda falta muito para atingir a excelência que se vê em países europeus

Carreira e remuneração: avanços e conquistas

Luta histórica do Sinpro-DF e categoria docente garantiu que o melhor plano de carreira para a rede pública de ensino fosse o do Distrito Federal

Não é exagero dizer que o Plano de Carreira do Magistério Público do Distrito Federal (DF) é um dos melhores do país. Mas ele não caiu do céu e nem foi uma dádiva concedida por algum governo bondoso que ocupou o Palácio do Buriti. Para ser assim, o Sinpro-DF e a categoria tiveram de empreender, desde a criação do sindicato, uma longa e histórica luta por seus direitos trabalhistas, pedagógicos e salariais. A Lei nº 5.105/2013, em vigor, é o resultado das muitas ações e das disputas cotidianas que o sindicato e a categoria têm intensificado, a cada ano, desde 2004.

Apesar dos progressos, ainda há muito o que avançar. A carreira do magistério público do DF não está

longe de ser equivalente à de países como França, Finlândia, Japão e outros, que têm remuneração e condições de trabalho dignas.

É preciso avançar mais e, além disso, defender o direito à educação pública. "Porém, sem dúvida nenhuma, o que já conseguimos produzir a partir desse debate, bastante lúcido, foi extremamente importante para nossa carreira porque garante segurança profissional aos(as) integrantes do magistério", afirma Cleber Soares, diretor de Imprensa do Sinpro-DF.

Soares conta que o sindicato assegurou ganhos com a reformulação

do plano de carreira, não apenas sob o aspecto financeiro – com ganho real dos salários –, mas também sob o ponto de vista dos avanços na estrutura da carreira.

Com a

*Cleber Soares,
diretor da
Secretaria de
Imprensa*



unificação de todas as legislações que tratavam da carreira do magistério, foram asseguradas conquistas.

"Um bom exemplo disso são as garantias da remoção/remanejamento anual; da carreira única; do tempo maior para as coordenações (tanto para 40 como para 20 horas); do(a) professor(a) adoecido(a) que estaria de atestado médico durante o período de férias coletivas poder gozá-la, imediatamente, após o término da licença – o que só era garantido com intervenção judicial, do afastamento remunerado para estudos sem perda financeira (1% da categoria)", afirma Soares.

Antes dessas conquistas salariais, trabalhistas e pedagógicas, a Secretaria de Estado da Educação (SEEDF) era quem tinha a prerrogativa de definir esse percentual de 1% de profissionais da educação que podia pedir afastamento remunerado sem perdas. Houve um ano, por exemplo, que apenas cinco, dentre os mais de 40 mil professores(as) da rede pública de ensino do DF, foram liberados para estudar.

Outras garantias foram asseguradas nesses últimos anos de luta sistemática em defesa da educação e da carreira do magistério público, tais como uma estrutura de carreira que privilegiasse a formação com tabelas bem definidas sobre a graduação, especialização, mestrado e doutorado. Antes, essa formação entrava no contracheque como gratificação, isto é, valores que poderiam ser alterados.

"Quando garantimos as tabelas, estabelecemos que, efetivamente, o valor recebido na ativa seja também base para a aposentadoria. Além disso, conquistamos a diminuição do horário de regência para aqueles que completaram 21 anos de efetivo exercício do magistério, o que também é uma forma de valorizar a carreira na medida em que o objetivo fundamental da carreira é a sala de aula", explicou Soares.

Cláudio Antunes, coordenador da Secretaria de Imprensa, lembra que a reformulação do plano de carreira, ao longo dos anos, mostra o acerto da luta, resultando sempre em melhoras do

ponto de vista da estrutura da carreira e das tabelas salariais.

"Um dos objetivos centrais do nosso plano de carreira é exatamente a garantia da paridade"

APOSENTADOS – A luta dos(as) aposentados(as) está presente e integra as bandeiras que constituem a coluna dorsal das reivindicações da categoria. Ou seja, o Sinpro-DF e os(as) docentes recusam qualquer possibilidade de quebra da paridade.

Rosilene Corrêa, coordenadora da Secretaria de Finanças do sindicato, destaca, por exemplo, que a manutenção da paridade entre ativos(as) e aposentados(as) é uma luta constante deste campo político em que está na diretoria atual. Ela lembra que, quando a gratificação Tempo Integral e Dedicção Exclusiva do Magistério Público do Distrito Federal (TIDEM) foi incorporada aos salários, os(as) profissionais que se aposentaram do magistério não iriam ter nenhum tipo de reajuste. Ele e elas iriam acumular grandes perdas.

Contudo, após intenso processo de negociação com o GDF,

*Rosilene Corrêa,
coordenadora da
Secretaria de
Finanças*

"conseguimos assegurar que o governo pagasse aos (às) aposentados(as) uma Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI), ou seja, um valor fixo que integra a remuneração do(a) aposentado(a). Ou seja, o(a) professor(a) que não teria direito a nada era justamente o(a) que se aposentou em decorrência de problemas de saúde. Para esse profissional, se não fosse a VPNI, o plano de carreira não teria trazido nenhum ganho real, isto é, um reajuste acima da inflação", esclarece a diretora.

Ela explica que a VPNI chegou com a característica de ser um valor correspondente ao reajuste para garantir aos(as) aposentados(as) esse ganho acima da inflação e, em alguns casos, superando a média dos(as) professores(as) da ativa ou os(as) que se aposentaram com

todas as regras cumpridas. "Um dos objetivos centrais do nosso plano de carreira é exatamente a garantia da paridade", conclui Rosilene.





GDF não realizou concurso público em 2015, o que resultou em falta de professores(as) nas salas de aula. Sindicato cobra a realização de novo certame

Ano começa com falta de professores na rede

Em 2015, o número de aposentados(as) foi muito maior do que o de nomeados(as). O governo Rollemberg não realiza concurso e nem sinaliza com mudança de posição

A rede pública de ensino do Distrito Federal (DF) conta, hoje, com cerca de 30 mil professores(as) efetivos(as). O Sinpro-DF estima que faltam cerca de 2.000 desses profissionais nas salas de aula para cobrir, no limite, a demanda da educação pública atual. Enquanto o Governo do Distrito Federal (GDF) posterga a realização do concurso público, a situação vai ficar cada vez pior e mais precarizada.

“A falta de professor(a) é um grave problema na rede pública de ensino. O GDF está preenchendo as vagas de docentes efetivos(as) por professores(as) de contrato temporário. Isso não resolve o

problema, apenas tapa o sol com a peneira e posterga a resolução de um problema que se agrava a cada dia”, denuncia Samuel Fernandes, diretor de Imprensa do Sinpro-DF.

Na avaliação do diretor, o GDF comete a irregularidade ao pôr professores(as) de contrato temporário para substituir férias de aposentadoria, exoneração e falecimento. “O correto, segundo a legislação distrital, é que o(a) professor(a) do contrato temporário ocupe carências destinadas a eles, tais como licença maternidade, licença saúde, cargos de direção, supervisão, enfim, carências provisórias”, esclarece.

PRECARIZAÇÃO – Em 2015, o número de professores(as) do contrato temporário chegou a seis mil. No período, tomaram posse apenas 171 professores(as) concursados e mais de 1.200 ficaram no banco à espera de nomeação. As aposentadorias somaram 860. Este ano, de janeiro para cá, mais de duzentas aposentadorias foram efetivadas, um número bem próximo ao de nomeados(as) do último concurso.

Trata-se de uma conta que não fecha. A falta de professores(as) na rede pública de ensino, em 2016, é tão grave que ainda que o GDF anuncie um concurso neste momento para as disciplinas com o cadastro reserva zerado, como é o caso de Atividades

e Português, ele só será homologado após todos os trâmites e exigências e os(as) primeiros(as) colocados(as) só serão chamados(as) daqui a sete ou oito meses, o que complica ainda mais o ano letivo de 2016.

Para piorar, o número de estudantes será maior este ano porque, em razão da crise, muitas famílias de classe média que tinham seus(suas) filhos(as) em escolas privadas, os(as) transferiram para a rede pública, o que aumenta a quantidade de turmas e exige um número maior de professores(as) em sala de aula.

“Em virtude da migração de estudantes da escola particular para a pública, cada vez mais o GDF vai pôr profissionais do contrato temporário no lugar dos(as) efetivos(as), embora ainda tenhamos no cadastro reserva, do concurso de 2013, 1.240 professores(as) de algumas disciplinas”, aponta Samuel.

PEDAGOGOS(AS)-ORIENTADORES(AS) EDUCACIONAIS – O último concurso para pedagogo(a)-orientador(a) educacional, realizado em 2014 e homologado em 2015, não nomeou nenhum profissional. A última nomeação ocorreu em 2008, referente ao concurso de 2004.

O governo Rodrigo Rollemberg (PSB) justifica a falta de agilidade em suprir a demanda da rede pública de ensino dizendo que cerca de 83 pedagogos(as)-orientadores(as) educacionais poderão ser nomeados(as) em breve. O problema é que esse número de nomeações é total e absolutamente insignificante perante a carência desses profissionais e a demanda das mais de 600 escolas.

“O GDF demonstra má vontade na convocação de servidores(as) da educação. Nós, da diretoria colegiada do Sinpro-DF, cobramos, constantemente, essas nomeações. Vamos a todas as reuniões e pressionamos. Várias escolas estão sem pedagogo(as)-orientadores(as) educacionais. Muitas das questões que presenciamos de violência e bullying poderiam ser evitadas se no local trabalhasse esse

profissional. A culpa é do governo Rollemberg”, acusa Fernandes.

“Embora o GDF tenha uma visão neoliberal da gestão da coisa pública, o desafio do Sinpro-DF e da categoria é manter a carreira forte. Precisamos de mais professores(as) e mais pedagogos(as)-orientadores(as) educacionais. Não basta ter professor(a) na escola, educação

Embora o GDF tenha uma visão neoliberal da gestão da coisa pública, o desafio do Sinpro-DF e da categoria é manter a carreira forte. Precisamos de mais professores(as) e mais pedagogos(as)-orientadores(as) educacionais.

de qualidade se faz com todo um suporte pedagógico composto por diversos profissionais. É essa escola pública que defendemos”, informa Cláudio Antunes, diretor de Imprensa do Sinpro-DF.

HORA-AULA E BENEFÍCIOS – A hora-aula dos(as) professores(as) do contrato temporário foi um procedimento introduzido no sistema de

educação pública do DF pelo então governador José Roberto Arruda.

Arruda definiu, a partir da Lei de Gestão Compartilhada (Lei nº4.036/2007), que teve efeito em 2008, que esses profissionais a serviço da Secretaria de Estado da Educação (SEEDF) não seriam mais considerados “servidores” e, com isso, promoveu a redução do salário dos(as) professores(as) do contrato temporário no cálculo do salário a partir das horas trabalhadas e não os considerando como “servidores”, uma vez que, na condição de “contrato temporário”, não receberiam a Tidem.

Antunes lembra que, em 2012, o Sinpro-DF reverteu esse entendimento do governo. “Conseguimos reverter, parcialmente, esse quadro, em 2012, quando a TIDEM – Gratificação por Dedicção Exclusiva e Regime de Tempo Integral – voltou a ser paga aos(as) professores(as) do contrato temporário.

No ano seguinte, fizemos a incorporação da Tidem na estrutura da carreira, remunerando os(as) professores(as) efetivos(as) e os(as) do contrato temporário. Embora tenha efeito mais direcionado para os(as) concursados(as), o plano de carreira, em seu arcabouço de direitos, muitas vezes, também contempla o(a) professor(a) do contrato temporário. Ou alguém tem dúvida de que na atual conjuntura o GDF não iria tirar de novo?”, indaga o diretor.



Samuel Fernandes, diretor da Secretaria de Imprensa

INCORPORAÇÃO DE GRATIFICAÇÃO

– A Tidem foi uma gratificação instituída pela Lei nº 356/1992, na época em que o Brasil vivia um dos mais severos períodos dos governos neoliberais, que adotaram, como princípio e modelo de gestão pública, a política do Estado mínimo, com choque de gestão, arrocho salarial e larga privatização de empresas públicas, riquezas minerais e direitos sociais.

Inspirado nessa filosofia econômica do mercado financeiro que, dentre outras reformas prejudiciais ao país, instruiu a redução do salário base dos(as) servidores(as) públicos(as) com o discurso do "enxugamento da máquina administrativa", o GDF também reduziu salários e desmembrou as remunerações em gratificações e, para recompô-lo em relação à inflação e aos pacotes econômicos, os governos neoliberais que ocuparam o Palácio do Buriti nos anos 1990 implantaram as várias gratificações.

Posteriormente, a Tidem foi confirmada pela Lei nº 3.318/2004, que assegurava um aumento de 55% a 80%, variável conforme a data em que o(a) professor(a) ingressou no magistério público.

Todavia, desde a introdução dessas gratificações nos salários dos(as) profissionais da SEEDF, as gestões do Sinpro-DF, sobretudo as dos últimos 12 anos, empenharam-se em eliminar as gratificações, incorporando-as aos salários. Essa vitória foi conquistada, após muita luta, durante os 52 dias de greve, em 2012, que culminou com o atual plano de carreira da categoria, a Lei nº 5.105/2013.

CONTRATOS TEMPORÁRIOS –

Contudo, em 2015 e também agora, em 2016, o governador Rodrigo Rollemberg, com a retomada da política neoliberal de choque de gestão, ameaçou não mais pagar o vale-transporte e o vale-alimentação para os(as) professores(as) do contrato temporário. Cláudio Antunes lembra que, com esse retorno ao neoliberalismo, a diretoria colegiada também retomou o combate a esse tipo de política e promete duros enfrentamentos.

“Nós acentuamos o debate na greve, brigamos e pressionamos. Não iremos aceitar que professores(as) de contrato temporário tenham um tratamento diferenciado a ponto de o GDF não garantir nem sequer a mobilidade e a alimentação para eles e elas”, afirmou. Somente em março deste ano a Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) votou e aprovou a regularização desses pagamentos.

Não basta ter professor(a) na escola, educação de qualidade se faz com todo um suporte pedagógico composto por diversos profissionais.

AMPLIAÇÃO DA LICENÇA

MATERNIDADE – As professoras do contrato temporário que estão grávidas, por sua vez, conquistaram o direito à estabilidade provisória durante o período de gestação e de licença-maternidade desde dezembro de 2013, quando o Sinpro venceu a discussão no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT).

A Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF) orientou a Secretaria de Estado de Educação (SEEDF) a conceder, imediatamente, a estabilidade provisória a quem está nessa situação. A estabilidade abrange os meses de gestação e mais os 180 dias de licença-maternidade.

Em outra ação movida pelo seu departamento jurídico, o Sinpro-DF conseguiu igualar o prazo da licença-adotante da licença-

maternidade. A isonomia entre mãe adotante e biológica está baseada no artigo 227, parágrafo 6º, da Constituição Federal, que define que não poder haver nenhuma discriminação entre filhos biológicos e adotivos, ainda mais quando a licença não é somente um direito da mãe, mas também do filho.

HISTÓRICO DE LUTAS – Uma das lutas do Sinpro-DF nos últimos dez anos foi para assegurar o concurso público como forma de ingresso na rede pública de ensino. As sucessivas direções do sindicato, principalmente nos últimos 12 anos, trabalharam fortemente para garantir a democratização do ingresso e a boa qualificação dos(as) trabalhadores(as) da rede pública de ensino do DF.

Essa luta remonta ao ano de fundação do sindicato: 1979. Mas foi no fim da década de 1990, durante os enfrentamentos das políticas neoliberais, e, posteriormente, na década de 2000, as diretorias colegiadas do Sinpro-DF atuaram no sentido de impedir a precarização e mercantilização da educação pública no Distrito Federal.

Em 2012, o sindicato conquistou o melhor plano de carreira de sua história. Embora ainda tenha muito o que avançar, este plano de carreira, ainda em vigor e ameaçado pelo governo Rollemberg, é considerado um dos melhores do país.

Cláudio Antunes,
coordenador da
Secretaria de
Imprensa



10º CTE aprovou 51 ações do plano de lutas e outras diretrizes relacionadas ao magistério público, dentre elas, a luta pela implantação do PDE e do PNE

10º CTE em defesa da Educação pública

Mais de 700 professores e professoras participaram, como delegados (as), e aprovaram ações contra projetos neoliberais

No ano passado, mais de 700 delegados(as) participaram do 10º Congresso de Trabalhadores na Educação Paulo Freire (10º CTE) entre os dias 27 e 30 de agosto. Realizado em agosto de 2015, ele ocorreu durante os ataques a direitos trabalhistas do funcionalismo público.

Os(as) delegados(as) decidiram que o Sinpro-DF deve aprofundar a luta contra governos neoliberais, que buscam reduzir e retirar direitos, precarizar o trabalho, mercantilizar a educação pública e gratuita, instituir a meritocracia e adotar o empreendedorismo.

Com o tema “Educação, direitos e democracia”, o 10º CTE ocorreu no Centro de Eventos da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio (CNTC). Deliberaram que é preciso uma resistência para reverter ações do Legislativo e do Executivo federais e local que ressuscitam o choque de gestão.

Foram aprovadas 51 ações do Plano de Lutas e outras diretrizes relacionadas ao magistério público. E lançaram o Observatório do Plano Distrital de Educação e o Caderno Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

EDUCAÇÃO – Das 32 iniciativas apontadas pelo Plano de Lutas para atuação da categoria na educação, destaque para ações que visem à implantação do Plano Nacional de Educação (PNE), com ressalva para as regulações do Sistema Nacional de Educação, do Custo Aluno Qualidade e da Lei de Responsabilidade Educacional (LRE); bem como para a implantação e monitoramento de forma democrática das metas do Plano Distrital de Educação (PDE).

Aprovou a luta pela manutenção de mesa de negociação na rede de ensino para tratar das pautas permanentes da categoria e da educação em geral e contra várias decisões do governador Rodrigo

Rollemberg (PSB) que visam a retirar direitos, como o não pagamento da pecúnia da licença-prêmio aos(às) servidores(as) aposentados(as).

DISTRITO FEDERAL – O Plano de Lutas delibera pelo estreitamento dos laços com movimentos sociais pela garantia da democracia e por melhores condições de vida para a população da capital federal, bem como ação conjunta, com os demais servidores públicos do DF, de enfrentamento às políticas neoliberais do governo Rollemberg, lutando em defesa do patrimônio do GDF: BRB, CEB, CAESB e demais empresas públicas.

NACIONAL – No âmbito nacional, o Plano de Lutas prevê, entre outras, ações em favor do fortalecimento da Petrobras e do pré-sal como patrimônios nacionais, com ênfase no regime de partilha e na manutenção da estatal como operadora exclusiva da camada do pré-sal como garantia da política de conteúdo nacional.



Categoria se mobilizou durante todo o ano de 2015 contra o conservadorismo, a mercantilização do ensino, a privatização das escolas e a retirada de direitos

Mobilização contra o conservadorismo

A CUT, CNTE, sindicatos, movimentos sociais e estudantis se unem contra as pautas conservadoras do Congresso e do Poder Executivo, a nível local e federal

O ano de 2016 promete ser de muita luta para a classe trabalhadora. O cenário não é dos mais tranquilos. A agenda conservadora caminha no Congresso (e também) no Palácio do Planalto. Diante dessa situação, sindicatos, movimentos sociais, como, por exemplo, o estudantil, o de mulheres e até mesmo partidos políticos devem unir forças para barrar projetos que vão contra os interesses dos(as) trabalhadores(as).

“Teremos muitos desafios. Um dos projetos que precisamos combater é o PLS (Projeto de Lei do Senado) nº 555, que propõe abrir o capital das estatais, dando brechas para a venda de ações delas, colocando em risco a soberania

nacional, pois representa a entrega do nosso patrimônio. Os bancos públicos, por exemplo, cumprem um papel social enorme, financiando pequenas empresas, a agricultura familiar e a casa própria”, explica Meg Guimarães, diretora do Sinpro-DF.

Meg também cita o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 131/2015, de autoria do senador José Serra (PSDB-SP), que propõe a quebra do monopólio da exploração do pré-sal pela Petrobras. “Defender a Petrobras é defender o Brasil, pois ela é uma empresa estratégica para o país”, argumenta.

Outro temor da diretora é o PLC nº 30 (da terceirização), retomado na última quinzena de março. “Ele já foi aprovado na Câmara e está agora

no Senado. Eles vão aproveitar a conjuntura, pois o Brasil vive uma crise política. Vão trazer à tona todos esses e outros projetos para que consigam a aprovação de todos eles”, enfatiza.

Ela observa que não é surpresa esse comportamento dos parlamentares eleitos em 2014. “O atual Congresso Nacional é o mais conservador, desde 1964, vem engavetando todos os projetos de interesse da classe trabalhadora”, alerta a diretora.

CONTEXTO GLOBAL – “A tentativa de retrocesso não é exclusividade do DF ou do país”, analisa Rosilene Corrêa, diretora do Sinpro-DF. Segundo ela, “esse esforço por parte deles é global:

todas as medidas tomadas, sem exceção, quem primeiro sofre com elas é o trabalhador. Assim, é fundamental que haja unidade, pois as centrais cumprem o papel delas, que é o de nos mobilizar nas pautas que nos unificam. No DF, ocorreu, recentemente, uma unidade dos(as) servidores(as) contra o governo de Rollemberg. Ainda que nenhuma das categorias não tenha conseguido reverter todos os pontos do reajuste, pois o governo continua agindo à margem da lei, houve uma demonstração de força dos(as) trabalhadores(as) e da necessidade de estarmos juntos(as) para enfrentar o inimigo comum, que é quem retira direitos trabalhistas e entrega das riquezas minerais do país”, afirma.

PREVIDÊNCIA – Não apenas o Congresso Nacional e os governos locais apresentam pautas contra a classe trabalhadora. O governo federal quer realizar uma nova reforma da previdência. Com a justificativa de que a previdência está “falida”, pretende igualar o tempo de contribuição entre homens e mulheres. “Esse projeto atinge, diretamente, a nossa categoria, que é, majoritariamente, feminina. É uma bandeira que devemos enfrentar”, assegura Rosilene.

“Temos um governo democrático, que, lamentavelmente, põe na pauta do país uma agenda contrária com as aspirações da classe trabalhadora. Corretamente, a CUT está se posicionando contra, assim como o Sinpro-DF, a CNTE e outras centrais sindicais de esquerda. É complicado, pois, ao mesmo tempo que temos de defender a democracia, posicionando-nos contra qualquer golpe ou tentativa de ataque às liberdades democráticas, também temos de lutar por uma mudança na política do governo Dilma. O ex-ministro da Fazenda, Joaquim Levy saiu para se tornar diretor financeiro do Banco Mundial, mas a política dele permanece. E ela não está condizente com os anseios da classe trabalhadora porque retira dinheiro do Orçamento público (saúde, educação, transporte, segurança) para pagar uma dívida que não é



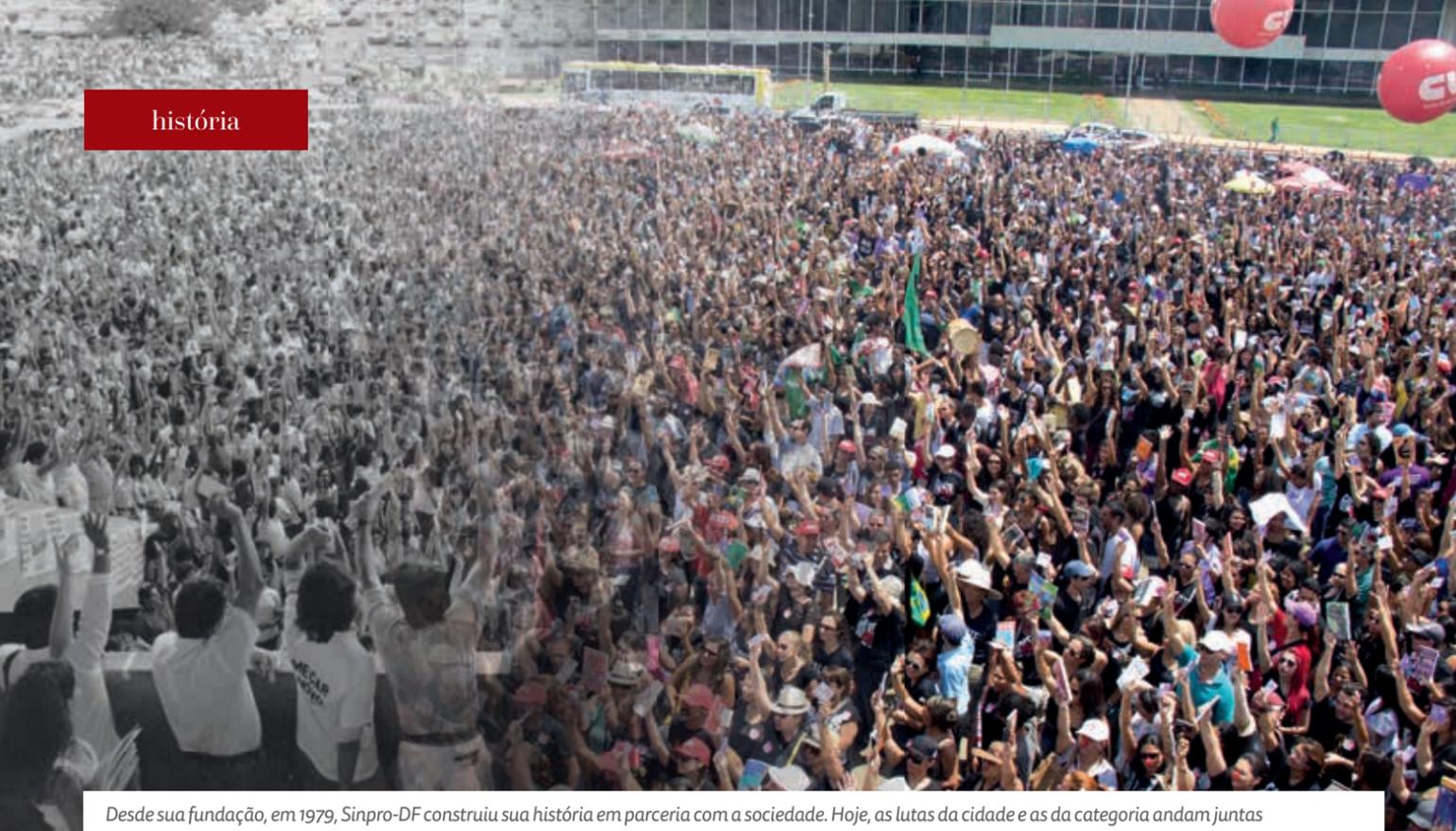
Professores(as) e orientadores(as) foram às ruas lutar pelo direito ao salário e outros, ameaçados pelo GDF

dos(as) trabalhadores(as), e sim dos banqueiros. Vamos ter de bater de frente com a presidenta Dilma para que ela se volte para o lado dos(as) trabalhadores(as). Temos de trazê-la para o nosso lado. Ela precisa fazer a guinada para a esquerda”, afirma.

Meg e Rosilene afirmam que a unidade dos(as) trabalhadores(as) é vital. Ambas convocam os movimentos sociais, estudantis, sindicatos

para ocuparem as ruas em prol da democracia, rechaçando o retrocesso dos conservadores em retirar os direitos dos(as) trabalhadora(s).

“No 31 de março, realizamos, em Brasília, uma grande marcha. Recebemos trabalhadores(as) de todo o Brasil. Foi uma manifestação em defesa dos nossos direitos, contra os ataques do Congresso Nacional e do Palácio do Planalto”, declara Rosilene.



Desde sua fundação, em 1979, Sinpro-DF construiu sua história em parceria com a sociedade. Hoje, as lutas da cidade e as da categoria andam juntas

Uma parceria unida desde sempre

Trajatória do Sinpro-DF e da sociedade brasiliense entrelaça-se, complementa-se e intervém na história do Distrito Federal desde que o sindicato foi criado

Desde a fundação do Sinpro-DF e em vários momentos da sua trajetória, os registros das lutas da categoria entrelaçam-se, confundem-se com a própria história da sociedade brasiliense e, até mesmo, com a do Distrito Federal. Muitas vezes, contar essa trajetória é discorrer sobre uma coisa só. As histórias simplesmente andam juntas e se complementam.

Quinze anos após a ditadura militar extinguir de forma autoritária o sindicalismo e cassar o direito da classe trabalhadora de se organizar em sindicatos, com perseguição, prisão, torturas e até morte de sindicalistas, no dia 14 de março de 1979, a Associação

dos Professores do Distrito Federal (APDF) foi transformada no Sindicato dos Professores no Distrito Federal (Sinpro-DF).

O ano de 1979 também ficou registrado na história do Brasil como o ano das grandes greves e período em que a ditadura militar foi pressionada pelos movimentos sociais – que, geralmente, estavam na clandestinidade, mas lutavam por melhores salários, direitos políticos, democráticos e trabalhistas –, e obrigada a dar os primeiros passos rumo à anistia ampla, geral e irrestrita.

“O Sinpro-DF foi criado nesse clima de explosão e retomada do movimento sindical no país e entra no cenário do Distrito Federal e da

categoria docente com a tarefa de lutar pelas liberdades, democracia, melhores salários e condições de trabalho, ética na política, respeito aos(as) trabalhadores(as) e, sobretudo, por uma escola pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada”, lembra Cláudio Antunes, diretor de Imprensa do Sinpro-DF.

Ele conta que esse ideário uniu para sempre a sociedade brasiliense aos(as) professores(as) e aos(as) trabalhadores(as) da educação. “Nos momentos mais críticos, podia-se verificar uma troca de proteção e cumplicidade: ora o sindicato apoiava as lutas da sociedade e a protegia, quando ela estava ameaçada, ora a sociedade executava a mesma

tarefa, sempre encobrindo um ao outro, abastecendo-se mutuamente com informações, sendo solidários e atuantes nas lutas”, conta o diretor.

SINPRO CIDADÃO – Uma das ações do sindicato que consolidaram essa parceria com a sociedade foi a publicação, a partir de 2002, do jornal Sinpro Cidadão – um informativo que dialoga diretamente com o(a) cidadão(ã). Esse periódico aborda, de forma simples, clara e objetiva assuntos relevantes para que a sociedade fique por dentro do que está acontecendo e sugere como ela deve se mobilizar para impedir que algum mal maior aconteça na vida dos(as) cidadãos(ãs).

Ele alerta sobre os perigos que ameaçam a sociedade e os direitos sociais. Traz uma temática ampla e variada sobre assuntos de interesse, que vão desde os danos sociais que um projeto de lei, em tramitação na Câmara Legislativa do DF (CLDF), pode trazer à população até uma ação do Governo do Distrito Federal (GDF) que também possa repercutir negativamente na vida das pessoas, como, por exemplo, o aumento de impostos.

O Sinpro Cidadão é também uma forma de o sindicato mostrar os problemas que a escola pública enfrenta. É com ele que o sindicato desmascara o sucateamento do sistema público de ensino; denuncia a falta de professores(as) e pedagogos(as)-orientadores(as), revela o número de aprovados(as) em concurso público que não foram convocados pela Secretaria

de Estado da Educação (SEEDF); demonstra o abandono da infraestrutura escolar e vários outros temas que interessam à população.

Trata-se de “jogo aberto” com a sociedade. Ao entenderem o que se passa no interior da escola pública, com os(as) educadores(as), os(as) estudantes e, sobretudo, com os recursos públicos, as pessoas entram na luta e apoiam as ações e mobilizações do Sinpro-DF.

Prova disso foi a presença massiva de estudantes na CLDF na época do debate sobre o PL da Mordaça, de autoria da deputada Sandra Faraj (SD-Solidariedade), que institucionaliza o patrulhamento ideológico, classifica os(as) professores(as) como “picaretas” voltados ao proselitismo ideológico sem compromisso com o processo de educação. Os(As) estudantes também engrossaram as assembleias da categoria durante os 29 dias de greve, em outubro e novembro de 2015, para que o GDF cumprisse a lei e pagasse a última parcela do reajuste do Plano de Carreira do Magistério Público.

CONCURSO DE REDAÇÃO E DESENHO

– Em outra frente, desde 2009, o Sinpro-DF promove discussões e reflexões sobre temas de relevância, que comprometem a todos, por meio do Concurso de Redação e Desenho. Em 2015, com o tema “Discriminação produz violência”, o sindicato recebeu 1.500 inscrições.

Desde o ano passado, a luta do Sinpro-DF e da sociedade está focada no projeto do GDF de pôr Organizações

Sociais (OS) na gestão das escolas públicas. Essa substituição que o governo Rollemberg (PSB) quer promover nas gestões das escolas públicas é um perigo para quem reconhece a escola como espaço de dimensões pública, laica, democrática e de qualidade socialmente referenciada.

Essa troca mexe na natureza e na concepção da gestão e é uma tentativa do governo Rollemberg de substituir o comando da educação pública por pessoas indicadas e não concursadas, comprometidas com a mercantilização do ensino e com empresas privadas da área de educação. Gestores que atendem às exigências neoliberais.

São pessoas ligadas a empresários do setor da educação que, para subtrair direitos conquistados pela categoria docente, estimulam a competição entre colegas de trabalho, promovem o empreendedorismo no setor público com o objetivo de privatizar a escola pública e defendem a meritocracia como modelo de gestão.

“São especialistas tecnocratas, experts do mercado financeiro que atuam para transformar direitos sociais, como a educação e a saúde, em commodities. Um retrocesso sem precedentes, mas que, com a luta do movimento sindical e da sociedade do DF, não irá acontecer. Esses são apenas alguns exemplos de que o binômio Sinpro-sociedade veio para ficar”, finaliza Rosilene Corrêa.



**FIQUE POR DENTRO DAS AÇÕES DO SINPRO-DF!
CADASTRE SEU NÚMERO E RECEBA NOSSAS NOTÍCIAS.**

AO ENVIAR SUA MENSAGEM, INFORME NOME, ESCOLA E REGIONAL DE ENSINO

(61) 9323 8131



Desde que foi criado, o Sinpro-DF defendeu bandeiras dos direitos humanos. Transformou a luta das mulheres, LGBT e combate ao racismo em secretarias

Sinpro atua na promoção dos direitos humanos

Sinpro-DF transforma bandeiras e lutas da sociedade em secretarias e promove mudanças positivas na educação pública e na sociedade do Distrito Federal

Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres". Essa frase de Rosa Luxemburgo – uma filósofa marxista do início do século XX – continua inspirando os movimentos sociais que lutam contra discriminações e por uma sociedade mais justa.

O Sinpro-DF sempre se remete à história para promover essa luta e, com isso, tem assegurado conquistas trabalhistas, pedagógicas, conceituais. Tem modificado a história da educação no Distrito Federal. O atual Plano Distrital de Educação (PDE) é um exemplo.

O sindicato tem assegurado conquistas financeiras com uma

luta fundamentada na formação político-filosófica. As diretorias, todas partidárias do pensamento humanista, entenderam, desde o início, que a rede pública de ensino não é um mundo à parte, livre de conflitos sociais, e sim um espaço de continuidade da vida privada e, portanto, um locus da luta de classe.

Foi assim que nesses 37 anos, as sucessivas diretorias defenderam, converteram e consolidaram a luta dos(as) aposentados(as), das mulheres, dos LGBTs e o combate ao racismo em secretarias da entidade.

SECRETARIA PARA ASSUNTOS DE APOSENTADOS – A política em favor dos(as) aposentados(as) começou, em 1979, ano de fundação do Sinpro-DF,

com a Campanha Aposentadoria aos 25 Anos de Serviços. O sindicato enfrentou o desafio de modificar a concepção de aposentado(a) que prevalecia na categoria e defender, no contracheque, a isonomia e a paridade salarial entre os(as) professores(as) em atividade e os(as) aposentados(as).

Em 1992, foi criada a Secretaria de Aposentados a partir da consciência da categoria de que tinha de haver uma instância no sindicato para atender a todos e todas que ainda tinham muito a contribuir, com sua experiência, para a luta do magistério público.

"Ela foi conduzida, desde a sua criação, pela liderança da professora e militante Isabel Portuguese. Havia também o objetivo de resgatar

aposentados(as) para a luta.

Em 2008, foi implantado o Curso de Informática. Em 2009, o Curso de Formação Sindical. "Se o aposentado não ficar na luta, corremos um sério risco de perder a paridade", assegura Sílvia Canabrava, coordenadora da secretaria. De 2008 a 2013, 1.840 aposentados(as) fizeram o Curso de Informática. Este ano, o Curso de Informática foi retomado após um período paralisado por causa da reforma na sede do sindicato. As inscrições estão permanentemente abertas.

SECRETARIA PARA ASSUNTOS E POLÍTICAS PARA AS MULHERES EDUCADORAS – Desde que criou a Secretaria de Mulheres, o Sinpro-DF promove atividades que denunciam e educam para a igualdade de gênero, estimulando e investindo em projetos que promovem os direitos humanos de professoras e pedagogas-orientadoras educacionais.

"É para valorizar a mulher por meio de experiências pedagógicas exitosas, as quais fortalecem a concepção de cidadania, como é caso do lançamento do livro Mulheres Inspiradoras, da professora Gina Vieira", explica Eliceuda França, coordenadora da Secretaria de Políticas

para as Mulheres Educadoras.

Em 2003, foi criada uma secretaria que aglutinava as bandeiras das mulheres, LGBT e de combate ao racismo denominada Secretaria de Assuntos de Gênero, Raça e Sexualidade. Em 2007, ela foi desmembrada e a de mulheres se tornou Secretaria para Assuntos e Políticas para as Mulheres Educadoras.

"A categoria é formada por mais de 80% de mulheres e sempre lutamos para garantir direitos que pudessem ser ampliados para a sociedade. A gente vê que é a escola o grande espaço para se trabalhar isso", afirma Eliceuda. Ela diz que os dois eixos estratégicos de ocupação dos espaços e de formação política é uma política acertada do Sinpro-DF.

O sindicato introduziu a temática de eleição democrática para diretor de escola e incentivou a participação das professoras. A Secretaria de Mulheres atuou também na formação da própria diretoria. Publicou 10 edições, por 5 anos, do jornal Sinpro Mulher. Há 3 anos, publica a revista Sinpro Mulher. O Prêmio Mulher Educadora, Cidadã do Mundo também é um veículo de divulgação e de conscientização da

questão de gênero.

SECRETARIA PARA ASSUNTOS DE RAÇA E SEXUALIDADE – Mesmo antes das leis específicas, como a Lei nº 10.639/2003, que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da história e cultura afro-brasileira, o sindicato teve o olhar voltado para essa temática.

Em 2007, no Congresso dos Trabalhadores em Educação, ao desmembrarem as secretarias, criaram a Secretaria para Assuntos de Raça e Sexualidade e intensificaram o trabalho no campo dos direitos humanos. "Até mesmo na luta LGBT, as principais causas e necessidades da categoria foram desmembradas. Antigamente, era tratado como bullying. Hoje temos o avanço", recorda Wiviane Farkas, coordenadora da Secretaria de Raça e Sexualidade.

Outra grande demanda LGBT e racial que chega diariamente no Sinpro-DF é como trabalhar esses temas em sala de aula e como abordá-lo com os pais. "Passamos a produzir o Caderno, que está na terceira edição. É um instrumento de auxílio, uma vez que muitos esbarram no problema da formação", finaliza a diretora.



Lançamento da edição 2015 da revista Sinpro Mulher: um instrumento de luta que tem transformado as relações humanas no magistério público do Distrito Federal

Em defesa dos direitos e da democracia

Estigmatizado como dia do golpe, o 31 de março foi redimensionado e, neste ano, mais de 800 mil pessoas foram às ruas para protestar contra as várias tentativas de golpe contra os(as) trabalhadores(as)



Na manifestação do dia 31 de março, professores(as) protestaram contra retiradas de direitos, como o PLP 257/16, em tramitação no Congresso Nacional

No dia 31 de março, mais de 800 mil pessoas foram às ruas em 25 estados e no Distrito Federal dizer não ao golpe de Estado. Em Brasília, a Jornada Nacional pela Democracia – Golpe Nunca Mais reuniu cerca de 200 mil pessoas na Esplanada dos Ministérios. O movimento dos(as) professores(as) participou ativamente.

O protesto também foi contra o Projeto de Lei Complementar (PLP) 257/2016, que prevê arrocho salarial e vários investimentos financeiros no país. No protesto, houve a defesa, sobretudo, da democracia e do Estado democrático de direito. Afinal, um golpe de Estado põe em risco de extinção quase todos os direitos trabalhistas – que vão desde a estabilidade nos serviços públicos até a aposentadoria especial para professor.

A CNTE mandou seu recado dizendo “não às Organizações Sociais (OS), à militarização das escolas públicas, à mercantilização da Educação, ao fim da aposentadoria especial dos(as) professores(as), ao aumento da idade para aposentadoria e à mesma idade para aposentadoria de homens e mulheres”.

Mais uma vez a Fiesp se revela e, agora, novamente, aparece como coadjuvante e braço financeiro de um golpe de Estado, assim como o fez em 1964. Toda vez que o Brasil elege um governo que defenda interesses da classe trabalhadora e justiça social, a Fiesp, representante da classe

dominante, financia golpes de Estado para não perder sua fonte de benesses: o dinheiro público.

Na mídia, a entidade patronal manda recados dizendo que não irá “pagar o pato”. Contudo, é importante lembrar que, no Brasil, o(a) trabalhador(a) assalariado paga o pato há dezenas de anos justamente porque os empresários brasileiros e todos os filiados à Fiesp não pagam o pato que têm de pagar, ou seja, não são tributados nas suas grandes fortunas.

A Fiesp financia políticos que estão trabalhando diuturnamente no Congresso Nacional contra projetos de lei que visam a uma reforma tributária justa, que execute a tributação das grandes fortunas. A defesa de uma reforma tributária justa deve ser uma das principais pautas do movimento dos(as) trabalhadores(as) para que o pato seja pago porque quem tem de pagar, como ocorre em países do primeiro mundo: quem paga mais é quem ganha mais, ou seja, os ricos e empresários.

Como disse o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio de Mello: “É uma esperança vã que o *impeachment* resolva a crise. Não teremos a solução e o afastamento das mazelas do Brasil apeando a presidente da República. Se não houver fato jurídico que respalde o processo de impedimento, esse processo não se enquadra no figurino legal e transparece como golpe”.